

Valmir apóia reestruturação na saúde pública

A reestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), anunciada pelo ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, foi apoiada sexta-feira, em plenário, pelo senador Valmir Campelo. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

CPI vai decidir sobre fiscalização especial em banco

Página 5

Projeto Cabeclo será debatido em comissão

Página 7

Beni Veras busca a opinião do povo sobre Previdência

*Objetivo, segundo relator da proposta, é
democratizar a elaboração da reforma*

O senador Beni Veras (PSDB-CE) quer ouvir a sociedade brasileira sobre a proposta de emenda constitucional que trata da reforma previdenciária. Ele pretende, como relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, colher subsídios para elaboração do seu parecer.

Para enviar sugestões ou obter informações sobre as questões previdenciárias, o interessado deve acessar a *home page* de Beni Veras, constante no site do Senado Federal (www.senado.gov.br)

- O objetivo é o de democratizar a elaboração desta re-



Beni Veras

forma, de modo a aproximá-la da opinião dos diversos segmentos sociais que serão atingidos diretamente pelas mudanças - explicou o senador.

Crise no campo preocupa Lobão e Júlio Campos

Os agricultores não estão suportando o peso das dificuldades e simplesmente abandonam o risco do cultivo de novas lavouras, afirmou sexta-feira, no plenário, o senador Edison Lobão. Ele defendeu a remoção dos entraves que dificultam as ações dos que desejam produzir. Já o senador Júlio Campos pediu ao governo que reavalie a sua decisão de liberar os bancos da obrigatoriedade de aplicar parte das exigibilidades bancárias no financiamento da produção de alimentos da cesta básica.

Página 7

Benedita cobra medidas contra violência e miséria

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ao governo, e especialmente ao Ministério da Justiça, providências no sentido de solucionar problemas como os da violência e da miséria, "que progridem dia a dia no país, contribuindo para o aumento da criminalidade e da desigualdade social".

Ela lembrou que leis como a de Execução Penal, que "visa proporcionar condições para a harmônica reintegração social do condenado, são boas na teoria mas não funcionam na prática". Benedita destacou os proble-



Benedita da Silva

mas da superlotação dos presídios e da falta de juízes no país, "o que torna os julgamentos morosos e, muitas vezes, deixa preso quem não de-

veria estar".

- Temos, no Brasil, segundo dados da CNBB, 129.169 presos, ocupando uma rede de estabelecimentos que teriam vaga para 54.954 pessoas, o que corresponde a 2,15 presos por vaga. Mas não param por aí os absurdos encontrados. Em 1994, 48% dos condenados cumpriam pena irregularmente, quer em estabelecimentos de triagem, quer em estabelecimentos destinados somente a presos provisórios - disse.

A senadora lembrou os esforços desenvolvidos em favor dos direitos humanos por di-

versas instituições como a ONU, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e, principalmente, pela CNBB, que escolheu os encarcerados como tema para sua campanha da fraternidade deste ano. Benedita afirmou que "os encarcerados merecem ajuda para se reintegrar na sociedade e para esquecer os sofrimentos por que passaram". Para a senadora, "embora a criminalidade não seja uma questão econômica pura, está ligada a ela, pois, quanto maior a miséria de um país, maior o número de delitos".

Punição a trabalho escravo em pauta

Além do substitutivo de autoria de Júlio Campos, Senado apreciará, entre outros, projeto de José Eduardo Dutra que estende o seguro-desemprego a pequenos produtores rurais

O plenário do Senado discute amanhã, em turno suplementar, substitutivo a projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que prevê prisão de três a oito anos aos que reduzirem alguém à condição análoga à de escravo. De acordo com a proposta, se o crime ocorrer em propriedade rural, a mesma será expropriada para fins de reforma agrária.

Nesse mesmo dia, será discutido, em turno único, projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estende o seguro-desemprego aos produtores rurais que exercem a atividade agrícola em área igual ou inferior a um módulo rural. Segundo o projeto, terá direito ao benefício o produtor que não possuir renda suficiente para manutenção da família e tiver sofrido per-

da de produção que inviabilize seu sustento em razão de calamidade pública. A proposta tem parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Consta ainda da pauta projeto de lei do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dá a qualquer cidadão ou associação comunitária o direito de acionar o poder público para exigir matrícula do interessado no ensino fundamental. Pela proposição, a

ação judicial é gratuita e de rito sumário e a autoridade competente para garantir o oferecimento de ensino obrigatório poderá ser enquadrada em crime de responsabilidade.

O plenário vota também a retirada de projeto de iniciativa da Presidência da República, dispondo sobre as promoções dos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

CCJ vota parecer sobre reeleição até 18 de abril

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da proposta de emenda constitucional que permite reeleição para presidente da República, governador e prefeito, informou que deverá apresentar seu parecer imediatamente após a Semana Santa. O parecer terá de ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania até o dia 18 de abril.

Francelino Pereira disse que está examinando "detidamen-

te" tudo o que ocorreu na Câmara dos Deputados - pareceres, emendas, debates - para elaborar seu parecer. O senador não quis adiantar o que irá propor à CCJ.

- A minha decisão será conhecida com o meu parecer - acentuou.

De acordo com a proposta de emenda constitucional aprovada pelos deputados, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Fe-



Francelino Pereira

deral, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Pela emenda, a eleição do presidente e do vice-presidente da República se realizará, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente. O mandato do presidente continuará de quatro anos, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

16h - Recebe o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (18.03.97)

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: *Substitutivo ao PLS nº 207/95, que altera dispositivos do Código Penal; *PLS nº 142/96, que estende benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; *Mensagem nº 70/97, que solicita a retirada do PLC nº 3/97, de iniciativa do presidente da República, que dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 6.302/75, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal; e *PLS nº 200/95, que regulamenta o parágrafo 2º do art. 208 da Constituição.

Quinta-feira (20.03.97)

14h30 - Sessão do Senado (Agenda em aberto)

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado à comemoração do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

COMISSÕES

Terça-feira (18.03.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Indicação do nome de Nelson Jobim para o Supremo Tribunal Fe-

deral. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (19.03.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituem ou aumentam impostos; *PEC nº 20/96, que altera a nomenclatura de vereador para deputado municipal; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferem nas relações federativas; *PEC nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; *PEC nº 34/96, atribuindo competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; **Matérias terminativas:** *PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e *PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Valmir apóia reestruturação do SUS

“Sem uma ação coordenada é impossível garantir maior equidade entre as esferas de administração e criar as condições para que cada uma delas assuma a responsabilidade que lhe cabe”, diz senador

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou sexta-feira que está plenamente de acordo com a reestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), anunciada pelo ministro Carlos Albuquerque. A seu ver, como o SUS caracteriza-se por um comando único em cada esfera de governo, é essencial um permanente entendimento entre as administrações federal, estadual e municipal para a melhoria da gestão e o comba-



Valmir Campelo

te às fraudes e irregularidades. Em relação ao financiamento do sistema, o senador também considerou acertada a pretensão do ministro de definir,

detalhadamente, a participação de estados e municípios. Sem uma ação coordenada, frisou, é impossível garantir maior equidade entre as esferas de administração e criar as condições para que cada uma delas assuma a responsabilidade que lhe cabe.

Valmir sugeriu ao ministério a ampliação de alguns programas que têm apresentado bons resultados, como o de Saúde da Família, o de Agentes Comu-

nitários da Saúde, de Saneamento e o de Suplementação Alimentar “Leite é Saúde”.

Para o senador, o Legislativo demonstrou boa vontade ao aprovar a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Na sua opinião, resta ao Executivo empregar esses recursos com sabedoria, adotando medidas mais rígidas de racionalização e controle das fraudes encontradas no sistema.



Humberto Lucena

Lucena quer controlar venda de remédio

A venda de antimicrobianos, tanto para uso humano como veterinário, só poderá ser efetuada mediante apresentação e retenção de receita assinada por profissional habilitado, se aprovado projeto apresentado pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Na avaliação de Lucena, a medida é necessária para evitar o uso abusivo dos antimicrobianos. Essa prática, conforme o senador, vem provocando um alarmante crescimento da resistência bacteriana a esse tipo de medicação, além de ser responsável por um número importante de intoxicações, com reflexos negativos sobre indicadores de infecção hospitalar e de custo operacional daqueles serviços.

Para promover a venda desses produtos, diz o senador, há oferta de prêmios e realização de concursos, disso tudo decorrendo reforço à prática da automedicação - afirmou Lucena.

Regina propõe trabalho em tempo integral para menores infratores

Menores infratores com idade inferior a 14 anos poderão trabalhar em tempo integral, se aprovada proposta de emenda constitucional de iniciativa da senadora Regina Assumpção (PTB-MG). “Torna-se muito difícil, se não impossível, manter esses meninos e meninas, como determina a Constituição, na condição de aprendizes, trabalhando em tempo parcial, para que possam frequentar a escola regular, no outro ho-



Regina Assumpção

rário que lhes resta”, justificou.

De acordo com a senadora, esses jovens, dada sua história e experiência, não se adequam e não se adaptam ao nível escolar que lhes é próprio, pois são “ve-

lhos demais, psicológica, afetiva e socialmente, para aceitar um ensino dentro dos padrões habituais”.

Segundo a proposta de Regina Assumpção, os menores infratores deverão estar vinculados a alguma instituição que lhes proporcione não só o trabalho, mas assistência social e psicológica. “Somente uma ação multidisciplinar poderá atender às necessidades desses jovens”, afirmou.

Acreanos vítimas de enchentes merecem mesma ajuda dada a mineiros, diz Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu sexta-feira ao governo federal que seja dado às mais de 20 mil vítimas da enchente do rio Acre, que assola o seu estado, o mesmo tratamento que foi dispensado recentemente aos desabrigados em Minas Gerais. Ela disse que os acreanos “estão se sentindo isolados, como se não fizessem parte do Brasil”.

Marina Silva fez um apelo a d. Ruth Cardoso para que compareça ao Acre, pessoalmente ou por intermédio do Comunidade Solidária, e coordene as ações de socorro àquelas populações.

Ela alertou para os problemas

de saúde - como diarreia, leptospirose e hepatite - e de falta de alimentos e abrigo por que passam as vítimas da enchente na capital, Rio Branco, e nos municípios de Santa Rosa, Tarauacá, Manuel Urbano e, principalmente, Sena Madureira. A senadora pediu ao poder público a doação de cestas básicas para a população atingida, que está impedida de se locomover e trabalhar.

Marina informou que, em Sena Madureira, mais de 80% do município se encontram sob as águas. Segundo a senadora, os abrigos improvisados pela Defesa Civil local não têm sido sufici-



Marina: situação aflitiva

cientes. “Não há possibilidade de contato aéreo com Sena Madureira, pois não existem pistas de pouso no município”, disse. Outra grande preocupação da senadora é com o destino da população ribeirinha, que não dispõe de abrigos públicos para se alojar.

Maior oferta de energia no Nordeste anima Hollanda

Para senador, a construção da linha de transmissão de energia e o funcionamento da Hidrelétrica de Xingó servirão como atrativos para novos investimentos na região

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) enalteceu sexta-feira o empenho do vice-presidente da República, Marco Maciel, no desenvolvimento da região Nordeste. O senador afirmou que, graças à participação do vice-presidente, foi possível a construção da linha de transmissão de energia Messias/Recife II, que beneficiará, nessa primeira fase, os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Segundo Hollanda, Marco Maciel anunciou o investimento de R\$ 1,3 bilhão, nos próximos três anos, pela Companhia Hidrelétrica do São



Hollanda: mais empregos

Francisco, para serem usados na ampliação da infra-estrutura de energia elétrica no Nordeste.

Para o senador, a construção da linha de transmissão de energia e o funcionamento da

Hidrelétrica de Xingó facilitarão a entrada de novos investimentos na região, além de melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Nordeste. A seu ver, essas obras darão suporte ao crescimento dos estados nordestinos.

- Quero chamar a atenção para a importância dessa obra para o Nordeste, em especial o meu estado, Pernambuco. Somente nos próximos dois anos, a inauguração de novos shopping centers ou a ampliação dos já existentes criarão nove mil empregos. O setor industrial anuncia a abertura de igual número de vagas, no mesmo período - afirmou.



Nabor Júnior

Nabor elogia manual editado pela Sudam

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) elogiou sexta-feira o manual de instruções elaborado pela Sudam, com o objetivo de facilitar a celebração de convênios entre aquele órgão, governos estaduais e prefeituras municipais.

Segundo o senador, o manual é "uma cartilha simples, completa e objetiva", contendo todas as informações para o acerto dos convênios e sua adequação às linhas de ação da Sudam. Na sua opinião, a cartilha viabiliza a execução do objeto do convênio no exercício de competência do Orçamento, obedecendo ao princípio constitucional da anualidade orçamentária.

Nabor Júnior disse que, além dessa orientação técnica, o superintendente da Sudam, José Artur Guedes Tourinho, está promovendo reuniões entre técnicos e prefeitos, vereadores, deputados estaduais e entidades comunitárias, dentro do que chama de "esforço no sentido de fortalecer a articulação entre os diversos níveis de governo, em prol do desenvolvimento regional".

O senador acrescentou que, para evitar qualquer dúvida ou erro na busca das verbas disponíveis, o manual da Sudam é acompanhado de outra cartilha prática, na qual "estão discriminados os objetos passíveis de atendimento via convênio e o roteiro para sua implementação".

Napoleão comunica liberação de recursos para hospital no PI

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) informou que o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, garantiu a liberação de cerca



Napoleão

de R\$ 4,2 milhões para o reinfância das obras do Hospital Universitário do Piauí, tão logo o Orçamento da União seja descontingenciado. Segundo o senador, essa verba possibilitará a entrada em operação do setor de emergência do hospital.

- Uma vez atendida essa primeira fase, retornaremos ao Ministério da Saúde para solicitar novas fontes de financiamento que permitam o funcionamento integral do Hospital Universitário, instituição importante na formação de mão-de-obra e no atendimento às populações mais carentes - afirmou.

Ventos já produzem eletricidade no Ceará, afirma Alcântara

A geração de energia eólica por meio de fontes locais "representa uma excelente alternativa de apoio ao processo de desenvolvimento sustentável do Ceará". A opinião é do senador



Lúcio Alcântara

Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem o Parque Eólico do Mucuripe, inaugurado recentemente pelo governo de Tasso Jereissati, significa tanto o suprimento de necessidades eletroenergéticas da região como a geração de empregos e novos negócios.

- Com uma potência nominal de 1.200 quilowatts, o Parque Eólico do Mucuripe tem capacidade de produzir cerca de 3,8 milhões de quilowatt-hora por ano, energia elétrica suficiente para abastecer uma cidade de 15 mil habitantes com 3 mil residências - disse.

Segundo o senador, além de demonstrar a viabilidade técnico-econômica da produção de eletricidade em escala comercial, o projeto pretende avaliar o desempenho operacional de sistemas de conversão de energia eólica no litoral cearense e incentivar investimentos do setor privado.

Lúcio Alcântara destacou que o projeto recebeu do governo alemão 48% dos recursos utilizados para sua implantação. O senador lembrou que a utilização da energia dos ventos em larga escala vem sendo cada vez mais difundida e, atualmente, "já compõe a matriz de produção de diversos países, destacando-se Estados Unidos, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Reino Unido, Itália, China, Índia, Suécia, Bélgica, Espanha e Portugal".

CPI DOS PRECATÓRIOS

Senadores vão decidir sobre fiscalização especial em banco

E banqueiro sustenta que pagou a corretora 80% da taxa de sucesso obtida com a venda dos títulos de Santa Catarina

A requerimento do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI dos Precatórios vai decidir amanhã se pede ao Banco Central uma fiscalização especial no Banco Boa Vista. Isso porque, em seu depoimento, um dos sócios do Banco Vektor, Fábio Nahoum, admitiu que negociou com esse banco. Nahoum, no entender de Requião, participou da lavagem do dinheiro desviado na emissão fraudulenta de títulos para pagamento de precatórios, e pode ter estado à frente dessa cadeia de irregularidades.

-Esses recursos entravam no mercado e eram distribuídos para uma série de doleiros e la-



Roberto Requião

ranjas. O Vektor sabia o que estava fazendo, e estava ganhando muito com isso. E não vai pretender que a CPI aceite isso como normal. Nessa negociata, roubaram-se R\$ 600 milhões de estados pobres

como Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina - disse Requião.

Fábio Nahoum sustenta que, nas operações para colocação de títulos no mercado, pagou à corretora Perfil 80% da taxa de sucesso obtida em Santa Catarina e 45% da obtida em Pernambuco. Esse dinheiro, segundo o depoente, se destinaria a Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, que seria o técnico da Perfil detentor da experiência de como emitir letras para pagamento de precatórios. A principal defesa de Wagner é dizer que não pagariam tanto por uma experiência de consultoria.

Envolvidos passam por acareação

A CPI dos Precatórios colocou frente a frente, no início da madrugada de sexta-feira, os principais suspeitos da emissão irregular de títulos públicos, a fim de descobrir quem estava mentindo: Fábio Nahoum, do Banco Vektor; José Luiz Priolli e Fábio Pazzanezzi, da distribuidora Negocial; Luís Calabria, Rubem Cenci e Gerson Martins, da Perfil; e Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo. Eles se negaram a revelar dados e, no final, ouviram a seguinte advertência do relator, Roberto Requião (PMDB-PR):

- Vocês estão se desgastando. Vocês podem ter uma certeza: vocês estão enquadados. Vocês realizaram uma operação sórdida. Dinheiros públicos foram rou-

badados. Vocês não escaparam das malhas da CPI, do Banco Central, da Receita Federal e do Ministério Público. Saibam que nós não vamos parar.

Seis depoentes atribuíram a culpa pela emissão de letras com base em precatórios inexistentes, assim como pela emissão de dezenas de cheques para a "lavagem desse dinheiro", ao ex-coordenador da Dívida de São Paulo. Às 3h40, exausto, Wagner Baptista Ramos pediu desculpas por seus atos. "Quero pedir desculpas ao povo brasileiro. Como é que um técnico de origem humilde, que atendeu vários municípios sem cobrar um tostão, ia cobrar tanto por um serviço? Foi a empresa privada que me deslumbrou. Peço desculpas à nação e já abri minhas contas para todo esclarecimento", disse.

Outro acareado, Luís Calabria, também admitiu que estava "envergonhado", e Fábio Nahoum disse esperar que a CPI "chegue à linha mestra verdadeira das investigações". Mas todos se negaram a explicar a cadeia de negócios que, segundo Requião, levou "ao roubo de R\$ 600 milhões dos cofres públicos". O presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), também avisou aos que se negaram a revelar os fatos que "essa investigação não tem volta". E anunciou que amanhã serão ouvidos o sócio de Fábio Nahoum no Banco Vektor, Ronaldo Ganon; Genival de Almeida e Galdino Farias Alvim Neto, do Banco Maxi-Divisa; e novamente Wagner Baptista Ramos, para nova acareação.

Depoentes dizem que nem se conhecem

Antes de promover a acareação dos principais suspeitos de irregularidades na emissão de letras para pagamento de precatórios, a CPI dos Precatórios ouviu quatro desses envolvidos: Pedro Neiva, ex-assessor do prefeito Celso Pitta; Rubem Cenci, da corretora Perfil; José Luiz da Cunha Priolli e Fábio Pazzanezzi, da distribuidora Negocial. Todos se disseram injustiçados nas suspeitas contra eles levantadas e não admitiram sequer que se conheciam.

Confrontados com listas de cheques emitidos para lavagem do dinheiro desviado, todos negaram conhecer os contemplados por esses cheques. Inquirido por Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Neiva, que trabalhava com Wagner Baptista Ramos e que chegou a viajar durante essas operações, sustentou com veemência não saber nada sobre emissão de letras financeiras.

Rubem Cenci, um dos donos da Perfil, disse que pouco conhecia das operações de sua empresa. Sócio da Negocial, José Luiz da Cunha Priolli ouviu o senador José Serra (PSDB-SP) ler uma lista de cheques que a corretora SMJT teria emitido sob a orientação de sua empresa. "Não conheço nenhum desses nomes", foi sua resposta.

Há duas semanas, Sérgio Derneka, da empresa SMJT, disse que Fábio Pazzanezzi ofereceu-lhe R\$ 1 milhão para deixar o país ou R\$ 50 mil para omitir da CPI tudo que sabia. Na quinta-feira, Pazzanezzi disse que Derneka e seu advogado é que tentaram extorquir-lhe R\$ 500 mil. O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) afirmou que Pazzanezzi teria participado de um prejuízo acertado com a SMJT, numa operação em que um lucro de R\$ 168 milhões virou prejuízo de R\$ 167 milhões.

Jucá propõe maior vigilância em processos de intervenção em bancos

Pelo projeto, Banco Central deverá encaminhar semestralmente relatório pormenorizado à Comissão de Assuntos Econômicos

O senador Romero Jucá (PFL-RR) defendeu sexta-feira projeto de sua autoria que obriga o Banco Central a encaminhar, semestralmente, relatório pormenorizado dos processos de intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

A intenção de Jucá é aumentar o poder de fiscalização do Legislativo nessa área. Segundo a proposição, o Banco Central também deverá encaminhar à CAE os nomes dos interventores e liquidantes, cuja nomeação será referendada pelo Senado, por voto secreto, após arguição pública na comissão, no prazo de 90 dias.

De acordo com Jucá, com a adoção desses procedimentos, o Senado poderá tomar conhecimento da real situação de instituições sob intervenção,



Romero Jucá

dos motivos que ensejaram os processos e das medidas que estão sendo tomadas. "Somente assim poderemos exercer a competência fiscalizadora que nos confere a Constituição federal", afirmou.

O senador disse que, nos últimos dez anos, foram decretados pelo Banco Central mais de 186 liquidações e mais de 110 regimes de administração especial temporária. "Em alguns casos, os processos se arrastam por um tempo injusti-

ficável e nocivo para a economia da região diretamente atingida pela intervenção", observou.

Jucá lembrou que a intervenção no Banco Estadual de Roraima vai completar dez anos. O regime de administração especial temporária, disse ele, estabelece que a duração do período será fixada no ato que a decretar, podendo ser prorrogada, "se absolutamente necessário", por período superior ao primeiro, conforme o Decreto-Lei nº 2.321/87.

Seguramente, a intervenção no Banco Estadual de Roraima não foi decretada por cinco anos. Sendo assim, esse processo de intervenção já deveria ter sido encerrado, conforme o artigo 7º da Lei nº 6.024/74 e o artigo 14 do Decreto-Lei nº 2.321, que prevêem os casos em que a intervenção cessará - disse o senador.

Odacir Soares questiona conduta da imprensa

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que a sociedade brasileira tem o "péssimo hábito de confundir



Odacir

denúncias e suspeições com delitos transitados em julgado". Ele se referiu à informação de que o brigadeiro Mauro Gandra teria recusado o cargo de observador militar do Brasil junto às Nações Unidas porque o convite poderia ser interpretado como compensação à sua saída "traumática" do ministério.

No caso do brigadeiro, todos tomaram conhecimento das suspeições levantadas contra sua probidade; muitos o apedrejaram, sem aguardar as provas; poucos se incomodaram com os danos morais infligidos à sua honrada pessoa, à qual foi negado até mesmo o seu direito de defesa. Pouquíssimos tomaram conhecimento do laudo do Tribunal de Contas que o inocentou - disse Odacir Soares.

Amorim critica a rolagem de dívidas autorizada pela Casa

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou sexta-feira a autorização dada pelo Senado para a rolagem de 98% das dívidas mobiliárias dos estados de São Paulo e Sergipe, que vencem este mês.

Segundo o parlamentar, as recomendações técnicas do Banco Central limitavam a rolagem a 63% dos títulos, no caso de São Paulo. Quanto a Sergipe, o senador afirmou que o estado estava inadimplente junto a um banco, fato que impossibilitaria autorizar qualquer rolagem de dívida, nos termos das próprias resoluções do Senado.



Amorim

Apoiado em noticiário da imprensa, o senador por Rondônia destacou a "infeliz coincidência" da tramitação da matéria no Senado, "em regime de urgência", em meio aos trabalhos da CPI que investiga o desvio de

recursos obtidos com a emissão de títulos para o pagamento de precatórios judiciais. Reproduzindo frase do senador Esperidião Amin (PPB-SC), Amorim observou que o senador José Serra "começou mal na direção da Comissão de Assuntos Econômicos, determinando a tramitação do processo de rolagem das dívidas de São Paulo e Sergipe em regime de urgência".

ACM reage e afirma que discurso de Amorim desmerece ao Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, classificou o pronunciamento do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) como um "des-serviço" à Casa e contestou imediatamente os dados por ele usados para criticar as decisões tomadas pelos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos e no plenário.

Na presidência dos trabalhos, Antonio Carlos Magalhães não consentiu que Amorim o interrompesse, afirmando que o discurso do senador por Rondônia baseara-se em "nota leviana". Com documentos fornecidos pelo



Antonio Carlos

Banco Central, o presidente do Senado demonstrou que tanto o estado de São Paulo quanto o de Sergipe estão adimplentes em suas obrigações.

Ao final da sessão, já sob a presidência do senador Valmir Campelo (PTB-DF), o senador Ernandes Amorim pediu a palavra, asseverando não ter sido bem compreendido por Antonio Carlos em suas críticas. Também disse que havia se ausentado do plenário, quando as propostas de rolagem das dívidas foram debatidas e aprovadas, para ir ao serviço médico.

Situação do campo preocupa Lobão

Senador pede maior apoio à produção rural: "Os agricultores não estão suportando o peso das dificuldades e, muito simplesmente, abandonam o risco do cultivo de novas lavouras"

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a necessidade de o Brasil ampliar suas exportações, oferecendo matéria-prima aos que dela precisam em todo o mundo. Mas disse ser necessário, antes, ampliar a produção e retirar os entraves que dificultam as ações dos que desejam produzir.

- É profunda a minha preocupação com o que se passa entre nossos produtores agrícolas. As informações que recebo do campo, inclusive das áreas rurais próximas de Brasília, são as de que os agricultores não estão suportando



Lobão: agricultor desanimado o peso das dificuldades e, muito simplesmente, abandonam o risco do cultivo de novas lavouras - frisou.

Edison Lobão contou que um agricultor lhe disse que, em vários estados brasileiros, já não se plantam arroz, feijão e milho porque os produtores estão sendo esmagados

pelos importações maciças da Tailândia, do México e de outros países.

- O arroz estrangeiro chega aqui a um custo 30% menor que o brasileiro, enquanto o feijão, às vezes, custa 50% menos! Parece óbvio que esses produtos importados só podem chegar ao Brasil, a custo tão baixo, pelo fato sabido de que são subsidiados em seus países. Os brasileiros, portanto, ao mesmo tempo em que assistem ao drama da agricultura nacional, estão ajudando outras nações, o que me parece um contra-senso - afirmou.



Júlio Campos

Campos quer bancos investindo na agricultura

O senador Júlio Campos (PFL-MT) lamentou a decisão do Executivo de liberar os bancos da obrigatoriedade de aplicar parte das exigibilidades bancárias no financiamento da produção de alimentos da cesta básica.

Ele pediu que o governo reavalie medida nesse sentido, adotada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 22 de janeiro último. Na opinião do senador, essa medida trará "consequências danosas" para o produtor rural, pois são eles os maiores responsáveis pelos alimentos que compõem a cesta básica do trabalhador.

Segundo Júlio Campos, o poder público perdeu um importante instrumento de política agrícola. "As exigibilidades bancárias constituem um dos poucos recursos a baixo custo para a agricultura, já que o Tesouro não tem destinado verbas para esse fim", acentuou.

- No plano de safra 96/97, o governo anunciou que as exigibilidades contribuiriam com R\$ 1 bilhão dos cerca de R\$ 5 bilhões destinados ao custeio da safra. Com a aprovação da CPMF, a Confederação Nacional da Agricultura prevê um aporte adicional de R\$ 700 milhões para as exigibilidades. No entanto, com a decisão do CMN, esse adicional deixa de favorecer o pequeno produtor, pois os bancos têm preferência pelas lavouras mais rentáveis e seguras - argumentou.

Comissão vai debater projeto de Darcy Ribeiro

O Projeto Caboclo, coordenado pela Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), será debatido a partir das 10h de quinta-feira (dia 20) na comissão especial do Senado que estuda propostas e alternativas para o desenvolvimento da Amazônia. A sugestão partiu do senador Ademir Andrade (PSB-PA), relator da comissão, cujo presidente é o senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Na opinião de Ademir Andrade, o Projeto Caboclo - de iniciativa do ex-senador Darcy Ribeiro - tem tudo a ver com os propósitos e objetivos da comissão. O primeiro convidado a ser ouvido, no debate de quinta-feira, será o professor Washington Souza, coordenador do Projeto Caboclo e membro da Associação Cristã de Pesquisa e Preservação do Meio Ambiente. Em seguida, falarão o professor Warwick Kerr, biólogo da Universidade de Uberlândia, e a professora Lúcia Rangel, antropóloga da PUC/SP, também integrantes do grupo de especialistas formado por Darcy Ribeiro.

Flaviano defende redução de ICMS sobre cesta básica

A redução ou mesmo isenção do ICMS incidente sobre os produtos da cesta básica foi defendida por Flaviano Melo (PMDB-AC), com o argumento de que a medida "resultará em aumento de renda efetiva da população mais pobre do país, direcionando esse ganho no sentido de uma melhor alimentação".

O senador informou que, segundo estudos do Ipea, para uma renda de apenas um salário mínimo a redução de 12% para 7% da alíquota do ICMS sobre os produtos da cesta básica poderia representar em um aumento de renda disponível de 6,5% em média. Flaviano acrescentou que, no caso da isenção do imposto, o aumento da renda ficaria em torno de 18,7%.

Flaviano afirmou que "a face mais dramática e mais cruel" das desigualdades sociais no país é a fome. E

para combatê-la ele não tem dúvida de que a isenção ou redução do ICMS oferece resultados mais significativos e tem custos menores do que programas de distribuição de alimentos.

- Programas de complementação alimentar pela atuação direta do Estado ou da sociedade organizada, mesmo que não devam a princípio ser destacados, enfrentam inúmeras dificuldades, como desvios e disfunções operacionais, além de não alcançar grande parte daqueles a que se destinam - disse.

Depois de lembrar que a redução ou isenção do ICMS poderia ser adotada via resolução do Senado ou mediante propostas de emenda constitucional já em tramitação, o senador advertiu que "não devemos postergar uma medida que vem contribuir para o resgate da dignidade humana de milhões de brasileiros".



Flaviano Melo

Sebastião Rocha vê com otimismo os acordos entre Brasil e França

Modernização da Polícia Federal e desenvolvimento do turismo são dois programas contemplados nos entendimentos bilaterais

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) elogiou sexta-feira a iniciativa do presidente francês, Jacques Chirac, de promover um maior intercâmbio entre o Brasil e a França. Ele destacou a importância de alguns acordos firmados entre os dois países, como os que prevêem a modernização e reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal e o desenvolvimento do turismo.

Sobre esse último acordo, o senador lembrou que o estado do Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa, sendo pro-



Sebastião Rocha

missora a notícia de que Jacques Chirac pretende promover a integração daquele departamento francês com o Brasil. Para isso, seria concluída a rodovia que, partindo de Caiena, alcançará o rio Oiapoque, na fronteira com o Amapá.

Segundo Sebastião Rocha, a Sociedade Francesa de Exportação de Sistemas e Serviços do Ministério do Interior da França e a Polícia Federal coordenarão o projeto de modernização da polícia brasileira. Conforme explicou, aquela instituição francesa obterá crê-

ditos destinados ao financiamento da aquisição de bens, equipamentos e serviços para os projetos Pró-Amazônia e Promotec.

Na avaliação do senador, o acordo que promove a intensificação da segurança pública é essencial ao combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à imigração irregular, ao terrorismo e à lavagem de dinheiro, enquanto favorece a segurança dos portos, aeroportos e fronteiras. Sebastião Rocha considerou "salutar" o apoio oferecido pela França para que o Brasil conquiste seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.



José Ignácio Ferreira

Ignácio: Senado deve homenagear padre Anchieta

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de resolução propondo a criação de um comitê no Senado para promover e apoiar as comemorações em torno do 4º centenário da morte do padre José de Anchieta. O objetivo é destacar a obra e a proteção oferecida pelo jesuíta "ao país que ajudou a formar".

Formado por três senadores e três servidores da Casa, esse comitê, de acordo com a proposta, deverá realizar um concurso de monografias, premiando com menções honrosas os dez primeiros colocados e fazendo publicar o texto do vencedor. Também apoiará atividades programadas para São Paulo, Brasília e Espírito Santo, onde se encontram os restos mortais de Anchieta.

Conforme José Ignácio Ferreira, Anchieta chegou ao Brasil em 1553, vindo a falecer 44 anos depois, no Espírito Santo. O senador destacou a atuação de Anchieta na evangelização do Novo Mundo português e na fundação do colégio que deu origem à cidade de São Paulo.

Abdias Nascimento destaca papel das mulheres afro-brasileiras

O papel desempenhado pelas mulheres nas tradições africanas e afro-brasileiras foi o tema abordado pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), ao reportar-se à recente comemoração do Dia Internacional da Mulher.

As senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Marina Silva (PT-AC) mereceram homenagem especial do sena-

dor, para quem a presença, no Senado, de duas representantes "de uma longa tradição de participação e luta das mulheres africanas e afro-brasileiras é, com certeza, um sinal de novos tempos".

Na opinião de Abdias Nascimento, aquelas senadoras representam "milhões e milhões



Abdias Nascimento

de mulheres que lutam, a cada dia, para vencer as barreiras impostas, ao mesmo tempo, pelo racismo e pelo machismo."

O senador reconheceu o crescimento da participação feminina em todos os setores da sociedade.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, JOEL DE HOLLANDA E VALMIR CAMPELO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Vareja

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.